

Conversão da dívida pode desnacionalizar estatais

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

A conversão da dívida externa em capital de risco implicaria na desnacionalização das empresas estatais. Elas serão "convertidas" ao capital estrangeiro a um preço inferior aos 52 por cento correspondentes à desvalorização da dívida no mercado internacional determinada pela incapacidade do País pagá-la. O preço desvalorizado será embolsado como diferença entre o preço pago pelos papéis da dívida externa (valor de mercado) e o valor facial recebido em cruzados, denunciou o professor Lauro Campos, da Universidade de Brasília.

A chamada conversão, estratégia inspirada pelo FMI, tem, segundo o professor Lauro Campos, por objetivo impedir a desvalorização contínua da dívida externa que teria por limite o seu cancelamento. A conversão da dívida representa uma garantia, talvez a única remanescente, de que a dívida externa impagável será paga pelo Brasil. Se a dívida está sendo ressuscitada por meio da conversão, os banqueiros, dissesse, perdem o interesse de livrarem-se dos papéis, de aumentarem a sua oferta no mercado, acarretando novas depreciações. Assim, FMI e tecnocratas entreguistas, internacionalizantes, privatizantes, continuam fazendo o jogo dos banqueiros internacionais.

O FMI, ressalta Lauro Campos, se contentará com a transferência da parcela correspondente à depreciação aos empre-

sários estrangeiros que, comprando-as com um deságio de 50 por cento, receberão o valor facial integral. "Assim, mesmo sem liquidez mundial, fechado o mercado norte-americano — envolvido pelo crescente protecionismo e desvalorização do dólar como estratégia de combate ao déficit comercial — os empresários estrangeiros receberão a totalidade da dívida brasileira, metade sob a forma acanalhada de existência que se chama conversão".

Atrás da parafernália da conversão, estão, alerta o professor, os interesses do novo FMI, dos tecnocratas e empresários estrangeiros que querem que a dívida externa, enterrada e solucionada pela prática da desvalorização natural importe pelo mercado, sobreviva. A diferença entre o valor facial e o preço de mercado, correspondente a, pelo menos, 50 por cento será paga pela fome, pelo arrocho salarial, pelo corte nas despesas do Governo, embora tenha desaparecido devido à depreciação, à desvalorização real. Assim, administrar a dívida externa, obrigando o País a pagar a parcela remanescente e desaparecida, cancelada pela desvalorização.

Lauro Campos lembra que não foi a cabeça privilegiada de algum economista ou "policeman" que encontrou o caminho que levou à eliminação do entulho, do peso morto da dívida externa, insolúvel desde a desvalorização do dólar e fechamento do mercado dos Estados Unidos. O FMI, que estendera o tapete do conforto aos banqueiros em 1982 (obrigando os deve-

dores a gerar saldos comerciais capaz de pagar os juros da dívida substituindo os empréstimos suspensos depois da crise do México), retira o tapete em 1987, sempre sob as ordens dos Estados Unidos. Quando a dívida se torna visivelmente impagável, seu valor facial se afasta de seu preço carente de mercado.

O México, agora, diz Lauro, conseguiu liquidar a dívida para com os bancos privados, dando como garantia de pagamento do total, apenas 10 bilhões de dólares em títulos do tesouro americano. "livrou-se, dessa forma, do modelo FMI que o aprisionou até a véspera e não precisa recorrer à perversidade nova, a reconversão da dívida externa. A forma mexicana de tratar a dívida externa eliminou a carga da dívida das costas da população mexicana".

O fantástico processo de fazer renascer 52 por cento da dívida a bancos privados, cancelados pela desvalorização, sob a forma de doação a empresários estrangeiros, contém uma conduta criminosa, de lesa pátria e a continuidade do genocídio envolvido no sacrifício do pagamento de 100 por cento da dívida, diz Lauro Campos.

O custo da conversão será alto, alerta o professor. A elevada entrada de dólares, que será multiplicada por dois pela taxa cambial ressuscitadora, provocará uma pressão inflacionária inusitada. Para enxugar a base monetária alagada pela conversão, o Governo venderá papéis elevando substancialmente a taxa de juros e a dívida pública interna.